



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
			Reclas- sificado	Reclas- sificado
<b>ATIVO</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	44.021	18.694	14.343
Consumidores e concessionárias	5	259.908	152.736	97.213
Impostos e contribuições sociais	6	11.656	13.325	13.485
Cauções e depósitos vinculados	9	1.263	6.616	
Despesas pagas antecipadamente		3	36	340
Outros créditos		1.162	1.067	1.144
		<b>318.013</b>	<b>192.474</b>	<b>126.525</b>
<b>Não circulante</b>				
Consumidores e concessionárias	5	1.071		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	876	1.327	14.532
Cauções e depósitos vinculados	9	7.030	6.272	4.210
		<b>8.977</b>	<b>7.599</b>	<b>18.742</b>
Investimentos	10	200	200	
Imobilizado	11	583	1.181	567
Intangível	12	1.341	623	650
		<b>2.124</b>	<b>2.004</b>	<b>1.217</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>329.114</b>	<b>202.077</b>	<b>146.484</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
			Reclas- sificado	Reclas- sificado
<b>PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	13	160.066	124.249	81.568
Impostos e contribuições sociais	6	7.652	5.307	3.598
Dividendos	14	48.988	9.297	5.599
Partes relacionadas	8	46.104		
Benefícios pós-emprego	16	23	1	
Obrigações estimadas com pessoal		2.065	2.034	1.339
Outras contas a pagar		168	145	171
		<b>265.066</b>	<b>141.033</b>	<b>92.275</b>
<b>Não circulante</b>				
Partes relacionadas	8	60	243	77
Provisões	15			4.433
Outras contas a pagar		2	5	8
		<b>62</b>	<b>248</b>	<b>4.518</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	17.1	26.217	26.285	26.285
Reservas de lucros	17.3	37.769	34.511	23.406
		<b>63.986</b>	<b>60.796</b>	<b>49.691</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>329.114</b>	<b>202.077</b>	<b>146.484</b>

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

		Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>					
Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2012		-	23.406	-	49.691
Lucro líquido do exercício			(17.775)	38.506	(17.775)
Destinação do lucro					38.506
Dividendos intermediários (JSCP)				(2.197)	(2.197)
Dividendos propostos				(7.429)	(7.429)
Dividendo adicional proposto			28.880	(28.880)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>26.285</b>	<b>34.511</b>	<b>-</b>	<b>60.796</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>					
Redução de capital - AGE de 17/12/2012		26.285	34.511	-	60.796
Dividendo adicional aprovado - AGO de 28/04/2013		(68)			(68)
Lucro líquido do exercício			(28.880)	43.243	(28.880)
Destinação do lucro					43.243
Dividendos intermediários (JSCP)				(1.961)	(1.961)
Dividendo adicional aprovado				(9.144)	(9.144)
Dividendo adicional proposto			32.138	(32.138)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>26.217</b>	<b>37.769</b>	<b>-</b>	<b>63.986</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2013	2012		2013	2012
		Reclas- sificado			Reclas- sificado
<b>Geração do valor adicionado</b>					
Receita operacional	2.152.608	1.575.376			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	2.151.281	1.540.973			
	1.327	34.403			
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(1.992.004)</b>	<b>(1.457.282)</b>			
Custos da energia comprada	(1.967.569)	(1.437.148)			
Encargos de uso da rede elétrica	(15.243)	(17.083)			
Materiais	(71)	(63)			
Serviços de terceiros	(5.891)	(4.619)			
Outros custos operacionais	(3.230)	1.631			
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>160.604</b>	<b>118.094</b>			
<b>Retenções</b>					
Depreciações e amortizações	(325)	(279)			
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>160.279</b>	<b>117.815</b>			
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Receitas financeiras	2.097	4.424			
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>162.376</b>	<b>122.239</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 1 Contexto operacional

EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (Empresa ou EDP Comercializadora), Sociedade Empresária Limitada, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e tem como objeto social a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação. Além das atividades mencionadas, a partir de 29 de outubro de 2009, a Empresa passou a prestar serviços de consultoria e assessoria em gestão empresarial, técnica e comercial incluindo a gestão de empreendimentos relacionados a energia elétrica, no Brasil e/ou exterior, bem como participar em outras sociedades como sócia.

Em 30 de outubro de 2012, por meio da Ata da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi aprovada a alteração da denominação social da Empresa, até então denominada Enertrade Comercialização e Serviços de Energia S.A. para EDP - Comercialização e Serviços de Energia S.A.

Em 17 de dezembro de 2012, por meio de AGE, foi aprovada a transformação do tipo societário da entidade, passando de "sociedade por ações" para "sociedade empresária limitada", aprovado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP em 27 de fevereiro de 2013.

## 2 Base de preparação e práticas contábeis

## 2.1 Base de preparação

## 2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis

adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Empresa autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2014.

## 2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

## 2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

## a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e quando aplicável, os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo.

## b) Consumidores e concessionárias (Nota 5)

Refere-se, basicamente a operações de venda de energia elétrica por meio de contratos bilaterais e valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, ajustadas ao valor presente quando aplicável.

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é efetuada com base em análise criteriosa do saldo a receber de Consumidores e concessionárias e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

## c) Investimentos (Nota 10)

O investimento está reconhecido ao custo de aquisição.

## d) Imobilizado (Nota 11)

Estão contabilizados pelo custo de aquisição deduzidos da depreciação acumulada, calculada pelo método linear e de acordo com a vida útil do ativos.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012
<b>Receitas</b>	18	<b>1.885.795</b>	<b>1.354.606</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>			
<b>Custo com energia elétrica</b>			
Energia elétrica comprada para revenda		(1.785.691)	(1.308.184)
Encargos de uso da rede elétrica		(13.833)	(15.503)
	19	<b>(1.799.524)</b>	<b>(1.323.687)</b>
<b>Custo de operação</b>			
Pessoal		(5.181)	(4.280)
Materiais e serviços de terceiros		(3.325)	(3.307)
Depreciações e amortizações		(63)	(56)
Outros custos de operação		(324)	(546)
	19	<b>(8.893)</b>	<b>(8.189)</b>
		<b>(1.808.417)</b>	<b>(1.331.876)</b>
<b>Custo do serviço prestado a terceiros</b>	19	(235)	(294)
<b>Lucro bruto</b>		<b>77.143</b>	<b>22.436</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>			
Despesas com vendas		1.327	34.363
Despesas gerais e administrativas		(9.703)	(6.764)
Depreciações e amortizações		(261)	(223)
Outras receitas (despesas) operacionais		(4)	3.584
	19	<b>(8.641)</b>	<b>30.960</b>
<b>Resultado antes do Resultado financeiro e tributos</b>		<b>68.502</b>	<b>53.396</b>
Receitas financeiras		2.097	4.424
Despesas financeiras		(5.821)	(265)
<b>Resultado financeiro</b>	20	<b>(3.724)</b>	<b>4.159</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>			
		<b>64.778</b>	<b>57.555</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(21.084)	(5.844)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(451)	(13.205)
	21	<b>(21.535)</b>	<b>(19.049)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>43.243</b>	<b>38.506</b>

A Empresa não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios de 2013 e 2012.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2013	2012
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	64.778	57.555
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(1.327)	(34.403)
Depreciações e amortizações	324	279
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	3	3
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	3.848	
Despesas pagas antecipadamente		320
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	2	(4.433)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(387)	(2.275)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(146)	
	<b>67.095</b>	<b>17.046</b>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>		
Consumidores e concessionárias	(106.916)	(21.126)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	16.194	(5.199)
Cauções e depósitos vinculados	4.982	(6.403)
Despesas pagas antecipadamente	33	(16)
Outros ativos operacionais	(95)	83
	<b>(85.802)</b>	<b>(32.661)</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>		
Fornecedores	35.817	42.681
Outros tributos e contribuições sociais	(19.033)	4.411
Benefícios pós-emprego	22	1
Obrigações estimadas com pessoal	31	695
Provisões	(2)	
Outros passivos operacionais	20	(30)
	<b>16.855</b>	<b>47.758</b>

## Caixa aplicado nas (proveniente das) atividades de operacionais

(1.852) 32.143

Imposto de renda e contribuição social pagos (14.378) (3.516)

## Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de operacionais

(16.230) 28.627

## Fluxo de caixa das atividades de investimento

Alienação (adição) de investimento (200)

Adições ao imobilizado e intangível (448) (869)

## Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (448) (1.069)

## Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Partes relacionadas 42.073 166

Aumento (redução) de capital (68)

Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos (23.373)

## Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos

42.005 (23.207)

## Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa

25.327 4.351

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 44.021 18.694

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 18.694 14.343

25.327 4.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

## e) Ativo intangível (Nota 12)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de softwares, mensurados pelo custo total de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. Calculada pelo método linear e de acordo com a vida útil do ativo.

## f) Redução ao valor recuperável

## Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**Ativo não financeiro**

A Administração da Empresa revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**g) Demais ativos circulante e não circulante**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

**h) Fornecedores (Nota 13)**

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

**i) Provisões (Nota 15)**

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**j) Demais passivos circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

**k) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 21)**

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo CPC 32.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

A Empresa, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

**l) Benefícios pós-emprego (Nota 16)**

A Empresa possui plano de benefício a empregados do tipo Contribuição definida. As obrigações do plano do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

**m) Capital social (Nota 17.1)**

O Capital social está dividido em quotas e a responsabilidade de cada quotista é restrita ao valor de suas quotas.

**n) Dividendos**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa ao final do exercício, com base em seu contrato social. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

**o) Apuração do resultado**

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;

(ii) Os faturamentos de venda de energia elétrica são efetuados mensalmente;

(iii) As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida e atualizações monetárias (Nota 20); e

(iv) As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e atualizações de contratos de mútuo (Nota 20).

**p) Uso de estimativa e julgamento**

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. Apesar do CPC 01 requerer o teste de imparidade somente quando há indicador de imparidade ou ativo de vida útil indefinida, a Empresa adota como prática a avaliação de imparidade em base anual.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 2.2 item b); Transações realizadas no âmbito da CCEE (nota 2.2 item b); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (nota 2.2 item k); e Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (nota 2.2 item i).

**q) Instrumentos financeiros (Nota 22)**

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

**• Instrumentos mantidos até o vencimento**

Se a Empresa têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

**• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Empresa gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

**• Empréstimos e recebíveis**

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

**2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas**

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS e IFRIC novas e revisadas. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

**2.3.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Empresa**

A Empresa está avaliando e ainda não concluiu pelos efeitos e a aplicabilidade das normas abaixo, as quais são aplicáveis a partir de 1º janeiro de 2014, exceto o IFRS 9, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2015.

**IFRIC 21 - Impostos**

A IFRIC 21 é uma interpretação do IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O IAS 37 estabelece critérios para o reconhecimento de um passivo, um dos quais é a exigência de que a entidade tem uma obrigação presente como resultado de um evento passado (conhecido como fato gerador da obrigação). Esta interpretação esclarece que o fato gerador da obrigação que dá origem a uma obrigação de pagar uma taxa é a atividade descrita na legislação pertinente que desencadeia o pagamento da taxa.

**IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros**

As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”.

**IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos: Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros**

O IASB publicou alterações ao IAS 36 relativas à divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros. As alterações introduzidas pelo IAS 36 exigem que a entidade deverá divulgar o valor recuperável dos ativos depreciados, que é baseado no valor justo menos os custos estimados de alienação.

Existem, adicionalmente, alterações incorporadas na IAS 36, na sequência da introdução da IFRS 13 - 'Justo valor: mensuração e divulgação', que vêm a ser corrigidas por meio desta emenda - eliminação do requisito de divulgação do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa com ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou *goodwill*, quando não tenham sido reconhecidas perdas de imparidade.

**IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor

decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

**2.3.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis adotadas pela Empresa a partir de 1º de janeiro de 2013.**

**CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)**

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros, foram complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Empresa entende que a adoção dessa nova norma resultou em uma divulgação mais abrangente das demonstrações financeiras.

**2.4 Reclassificações dos exercícios anteriores**

Em janeiro de 2013 entraram em vigor os seguintes CPCs: CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 33 (R1), CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 46. Alguns destes CPCs trouxeram mudanças nas práticas contábeis da Empresa e, conforme previsto no CPC 23, mudanças nas práticas contábeis requerem aplicação retrospectiva ao exercício apresentado comparativamente mais antigo.

Conforme requisito do CPC 26 (R1), quando a Empresa incorrer em mudança na política contábil ou reclassificação de saldos de exercícios anteriores, ela deverá apresentar um terceiro balanço patrimonial no início do período anterior precedente ao período atual. Assim, para fins de comparabilidade, apresentamos os efeitos dos ajustes relativos a 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012.

**2.4.1 Balanço Patrimonial**

As reclassificações estão apresentadas a seguir:

(i) CPC 32 - Apresentação líquida do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro;

(ii) Reclassificação para a apresentação líquida dos demais tributos (ICMS, PIS e COFINS) não abrangidos pelo CPC 32.

Ativo	01/01/2012			
	Publicado	CPC 32 - Tributo sobre o Lucro	Reclassificações	Saldo ajustado
<b>Circulante</b>				
Impostos e contribuições sociais	33.383	(11.887)	(8.011)	13.485
<b>Total do ativo</b>	<b>166.382</b>	<b>(11.887)</b>	<b>(8.011)</b>	<b>146.484</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Impostos e contribuições sociais	23.496	(11.887)	(8.011)	3.598
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>166.382</b>	<b>(11.887)</b>	<b>(8.011)</b>	<b>146.484</b>

Ativo	31/12/2012			
	Publicado	CPC 32 - Tributo sobre o Lucro	Reclassificações	Saldo ajustado
<b>Circulante</b>				
Impostos e contribuições sociais	30.211	(5.838)	(11.048)	13.325
<b>Total do ativo</b>	<b>218.963</b>	<b>(5.838)</b>	<b>(11.048)</b>	<b>202.077</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Impostos e contribuições sociais	22.193	(5.838)	(11.048)	5.307
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>218.963</b>	<b>(5.838)</b>	<b>(11.048)</b>	<b>202.077</b>

**3**

**Eventos significativos no exercício**

**3.1 Medida Provisória nº 627/13 e Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397/13**

A Medida Provisória (MP) nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da MP entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Entre as principais alterações nas regras tributárias a MP revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras alterações. A referida MP já recebeu mais de 500 emendas e a Empresa aguardará a conversão em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva. A Empresa elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e em uma avaliação preliminar concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, não resultaria em impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

**4**

**Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2013	31/12/2012
Bancos conta movimento	44.021	18.694
<b>Total</b>	<b>44.021</b>	<b>18.694</b>

**5**

**Consumidores e Concessionárias**

Circulante	Nota	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em	
							31/12/2013	31/12/2012
Consumidores								
Cientes livres		62.144	37	894	63.075		63.075	44.581
		<b>62.144</b>	<b>37</b>	<b>894</b>	<b>63.075</b>		<b>63.075</b>	<b>44.581</b>
Concessionárias								
Suprimento de energia elétrica	5.1	192.383	135	518	193.036	(518)	192.518	107.028
Energia de curto prazo	5.2	4.315			4.315		4.315	1.127
		<b>196.698</b>	<b>135</b>	<b>518</b>	<b>197.351</b>	<b>(518)</b>	<b>196.833</b>	<b>108.155</b>
<b>Total Circulante Não circulante</b>		<b>258.842</b>	<b>172</b>	<b>1.412</b>	<b>260.426</b>	<b>(518)</b>	<b>259.908</b>	<b>152.736</b>

Concessionárias	Total	PCLD	Saldo líquido em	
			31/12/2013	31/12/2012
Energia de curto prazo	1.924	(1.924)	-	-
Outras	1.071		1.071	
<b>Total Não Circulante</b>	<b>1.071</b>	<b>-</b>	<b>1.924</b>	<b>2.995</b>

**5.1 Suprimento de energia elétrica**

Do saldo total de R\$ 192.518 a receber em 31 de dezembro de 2013, R\$ 110.917 refere-se a valores a receber de Porto do Pecém Geração de Energia S.A., companhia esta controlada em conjunto da controladora EDP - Energias do Brasil S.A.

Adicionalmente, em 12 de novembro de 2012 foi realizado um acordo entre a Empresa e a Ampla Energia e Serviços S.A. - Ampla, o qual seriam recebidos pela Empresa o montante de R\$ 35.923 em oito parcelas mensais a partir de janeiro de 2013, correspondente ao direito reconhecido pela arbitragem associado ao valor das diferenças de preço previstas no contrato e o valor efetivamente pago pela Ampla com relação ao período compreendido entre 1º de janeiro de 2004 e 28 de agosto de 2006. O acordo foi cumprido integralmente pela Ampla sendo a totalidade do saldo recebida em 2013.

**5.2 Energia de curto prazo**

Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da CCEE.

Os valores no não circulante referem-se à inadimplência decorrente de processos judiciais, movidos por agentes do setor que contestam os valores da CCEE, sendo constituídos integralmente a Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD.

**6**

**Impostos e contribuições sociais**

Ativo	Saldo em 31/12/2012	Adição	Atual- mone- tária	Adianta- mentos/ Paga- mentos	Compen- sação de tributos	Reclas- sificação	Transfe- rência	Saldo em 31/12/2013
<b>Ativo - Compensáveis</b>								
Imposto de renda e contribuição social	6.973		146	14.378	(478)		(20.441)	578
ICMS	103							103
PIS e COFINS	3.539	183.288					(179.310)	7.517
IRRF sobre aplicações financeiras		131					122	(118)
ISS	21							21
Outros	2.689	1.260					(122)	(525)
<b>Total</b>	<b>13.325</b>	<b>184.679</b>	<b>146</b>	<b>14.378</b>	<b>(478)</b>	<b>-</b>	<b>(200.394)</b>	<b>11.656</b>
Circulante	13.325							11.656
<b>Passivo - a recolher</b>								
Imposto de renda e contribuição social		21.084					(21.084)	-
ICMS	4.755	80.910		(78.680)				6.985
PIS e COFINS		184.089		(4.472)	(148)		(179.310)	159
ISS	48	468		(477)				39
PIS, COFINS e CSSL - Sobre serviços prestados por terceiros		240		(252)			27	15
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros		81		(88)			13	6
IRRF sobre juros s/capital próprio	330	294			(330)			294
Outros	174	1.675		(1.655)		(40)		154
<b>Total</b>	<b>5.307</b>	<b>288.841</b>	<b>-</b>	<b>(85.624)</b>	<b>(478)</b>	<b>-</b>	<b>(200.394)</b>	<b>7.652</b>
Circulante	5.307							7.652

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**7 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os créditos fiscais a seguir detalhados na nota 7.1, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Empresa e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

**7.1 Composição e base de cálculo**

Natureza dos créditos	Ativo Não Circulante				Resultado		
	31/12/2013				31/12/2012	2013	2012
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.577	644	232	876	1.327	(451)	(11.698)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas					-		(1.507)
<b>Total diferenças temporárias</b>	<b>644</b>	<b>232</b>	<b>876</b>	<b>1.327</b>	<b>(451)</b>	<b>(13.205)</b>	
<b>Total ativos diferidos</b>	<b>644</b>	<b>232</b>	<b>876</b>	<b>1.327</b>			
<b>Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>					<b>(451)</b>	<b>(13.205)</b>	

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício de 2013, foi registrada em contrapartida a débito do resultado do exercício em R\$ 451.

**7.2 Resultados tributáveis futuros**

A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Empresa apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no exercício como demonstrado.

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2013, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais diferidos nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pelos quotistas em 17 de fevereiro de 2014. Com base no estudo, a Empresa estima recuperar os créditos fiscais diferidos integralmente no exercício de 2014.

**8 Partes relacionadas**

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Empresa com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem das transações apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
				31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	2013	2012
<b>Concessionárias</b>									
	Costa Rica		01/01/2012 a 31/12/2012						230
	Energest	01/01/2008	01/02/2008 a 31/12/2012		1.017				10.893
	Enerpeixe	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2014	2.542				21.977	243
	Lajeado Energia	01/12/2013	01/12/2013 a 31/12/2014	2.538				20.225	
	Lajeado Energia	01/12/2012	01/12/2013 a 31/12/2014	2.311				6.171	3.291
	Lajeado Energia	01/12/2012	01/12/2013 a 31/12/2014	522				16.121	8.039
	Pecém	01/01/2013	01/12/2013 a 31/12/2014	110.917				205.720	
	Santa Fé	01/01/2012	01/01/2012 a 30/11/2012						2.050
	Santa Fé	01/01/2013	01/01/2013 a 30/12/2014	62				673	
	Santa Fé	01/01/2013	01/01/2013 a 30/12/2013					105	
				<b>118.892</b>	<b>1.017</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>270.992</b>	<b>24.746</b>
<b>Partes relacionadas</b>									
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13	EDP - Energias do Brasil	01/07/2012	Até a emissão de nova Resolução da ANEEL			15	211	(241)	(211)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.807/13	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			44	32	(478)	(363)
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP - Energias do Brasil	09/09/2010	09/09/2010 a 06/09/2014			11.621		(1.259)	
Contratos de mútuo - 100,3% do CDI	Lajeado Energia	08/04/2013	08/04/2013 a 07/01/2014			34.484		(1.998)	
				<b>-</b>	<b>-</b>	<b>46.164</b>	<b>243</b>	<b>(3.976)</b>	<b>(574)</b>
<b>Fornecedores</b>									
Compra de energia elétrica (contratos bilaterais)	Energest	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022			54	50	(631)	(533)
	Energest	01/12/2006	01/01/2007 a 31/12/2014			577	529	(9.702)	(4.424)
	Energest	01/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2014			445	474	(5.242)	(3.961)
	Energest	01/12/2013	01/01/2013 a 31/12/2014			5.688		(66.495)	
	Energest	01/12/2013	01/01/2013 a 31/12/2014			1.728		(20.967)	
	Energest	01/12/2013	01/01/2013 a 31/12/2014			240		(2.128)	
	Energest	01/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2012				942		(8.174)
	Enerpeixe	02/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2013				51	(628)	(550)
	Costa Rica		01/01/2012 a 31/12/2012				534		(3.553)
	Costa Rica		01/01/2012 a 31/12/2012				118		(1.035)
	Costa Rica		01/01/2012 a 31/12/2012				460		(3.157)
	Costa Rica		01/01/2012 a 31/01/2012						(10)
	Lajeado Energia	01/11/2001	01/01/2003 a 31/12/2032			11.230	9.130	(123.737)	(114.761)
	Lajeado Energia	01/01/2013	01/01/2013 a 31/12/2014					(7.738)	
	Lajeado Energia	01/01/2013	01/01/2013 a 31/12/2014					(28.619)	
	Lajeado Energia	01/01/2013	01/01/2013 a 31/12/2014			3.005		(2.727)	
	Lajeado Energia	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012						(1.250)
	Lajeado Energia	01/04/2012	01/04/2012 a 31/12/2012				65		(3.458)
	Santa Fé	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2014			37	95	(415)	(362)
	Santa Fé	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012			670			(2.540)
	Santa Fé	01/01/2012	01/01/2012 a 29/02/2012						(5)
	Santa Fé	01/01/2013	01/01/2013 a 30/12/2013					(1.177)	
	Santa Fé	01/01/2013	01/01/2013 a 30/12/2013					(23)	
	Pantanal	01/09/2008	01/01/2009 a 31/12/2023			2.117	1.527	(15.078)	(14.888)
	Lajeado	01/01/2001	01/01/2003 a 16/12/2032			1.585	1.904	(15.243)	(15.503)
				<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26.706</b>	<b>16.549</b>	<b>(300.550)</b>	<b>(178.164)</b>
<b>Total</b>				<b>118.892</b>	<b>1.017</b>	<b>72.870</b>	<b>16.792</b>	<b>(33.534)</b>	<b>(153.992)</b>

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura:

**a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos:** A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Empresa, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas. A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte por meio do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho nº 174, de 18 de Janeiro de 2012.

Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa nº 334/08, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuência já concedida a contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei nº 10.848/04, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes relacionadas no setor elétrico.

Em 28 de junho de 2012, por meio do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu às minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, firmados entre a Empresa e sua controladora, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12.

Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL por meio do Ofício Circular nº 883, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuência concedida pela ANEEL, deveriam protocolar manifestação de interesse impreterivelmente até o dia 11 de outubro de 2012. No dia 10 de outubro de 2012, a Empresa solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, para que o contrato tivesse vigência apenas a partir de 1º de julho de 2012, sendo o período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012 assumido integralmente pela controladora EDP - Energias do Brasil, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12, os quais foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

Atualmente, a ANEEL está analisando o tema compartilhamento de recursos humanos no âmbito da Consulta Pública nº 12/2013, cujo período de contribuições encerrou-se em 31 de dezembro de 2013. Quando da publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartilhamento para anuência e o contrato vigente ficará prorrogado até a deliberação da ANEEL.

**b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** Em 1º de janeiro de 2011, foi firmado entre a Empresa a e controladora EDP - Energias do Brasil o Instrumento Particular de Compartilhamento de Serviços de Infraestrutura que tem por objeto a distribuição dos gastos condominiais e gastos de telecomunicações suportados pela controladora. Este contrato tem vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011.

Em 1º de janeiro de 2012 foi assinado o primeiro termo aditivo ao contrato, alterando os percentuais adotados para o critério de rateio e a partir de junho de 2013, em função da mudança de endereço da sede social do Grupo EDP - Energias do Brasil em São Paulo, encontra-se em andamento o segundo termo aditivo ao contrato.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 23.2).

**8.1 Controladora direta e final**

A controladora direta da Empresa é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

**8.2 Relacionamento da Empresa com cada contraparte**

As contrapartes da Empresa estão sob controle comum, exceto pela EDP - Energias do Brasil que é a controladora.

**8.3 Remuneração dos administradores****8.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria**

Das 4 posições do Conselho de Administração, nenhum membro é remunerado.

A proporção de cada elemento na remuneração total, relativos à Diretoria, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

**Diretoria Estatutária**

Remuneração Fixa: 79%

Remuneração Variável: 21%

**8.3.2 Remuneração total da Diretoria pagos pela Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (em R\$)**

	Diretoria Estatutária
<b>Número de membros</b>	<b>3 (*)</b>
<b>Remuneração fixa</b>	<b>1.967.973</b>
Salário ou pró-labore	1.431.308
Benefícios diretos e indiretos (i)	135.899
Encargos sociais	400.766
<b>Remuneração Variável</b>	<b>529.075</b>
Bônus	413.340
Encargos sociais	115.735
<b>Valor Total da remuneração, por órgão</b>	<b>2.497.048</b>

(\*) Todos os 3 membros da Diretoria são remunerados.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia, Previdência Privada e Vale Refeição.

**8.3.3 Média de Remuneração e Encargos da Diretoria relativos ao exercício de 2013 (em R\$)**

	Diretoria Estatutária
<b>Número de membros</b>	<b>3</b>
Valor da maior remuneração individual	1.023.276
Valor da menor remuneração individual	688.404
Valor médio de remuneração individual	832.344

**9 Cauções e depósitos vinculados**

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos judiciais	9.1 e 15			7.030	6.272
Cauções e depósitos vinculados	9.2	1.263	6.616		
<b>Total</b>		<b>1.263</b>	<b>6.616</b>	<b>7.030</b>	<b>6.272</b>

**9.1 Depósitos judiciais**

A Empresa impetrou o mandado de segurança nº 0004449-79.2004.4.01.3400, atualmente em trâmite perante a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em Brasília, em face da ANEEL, com pedido de liminar, visando a suspensão do encargo a ser destinado à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, cobrada pela Resolução da ANEEL nº 12/04, em razão da Empresa não ser mais o sujeito passivo do encargo, conforme artigo 13 da Lei nº 10.438/02 e MP nº 144/03, sendo atribuído aos consumidores finais. Em Setembro de 2006 foi publicada sentença que julgou o pedido improcedente. A Empresa interpôs recurso de apelação e aguarda julgamento desde fevereiro de 2007. O valor do Depósito judicial está sendo atualizado com base no IPCA-E. O valor estimado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 5.648 (R\$ 5.299 em 31 de dezembro de 2012).

Adicionalmente, a Empresa possui em 31 de dezembro de 2013 depósitos judiciais no montante de R\$ 1.382 (R\$ 973 em 31 de dezembro de 2012) referente a ações judiciais em andamento de natureza fiscal.

**9.2 Cauções e depósitos vinculados**

O valor de R\$ 1.263 (R\$ 6.616 em 31 de dezembro de 2012) refere-se ao aporte de garantia financeira exigida pela CCEE com a finalidade de mitigar o risco de inadimplência no Mercado de Curto Prazo - MCP.

**10 Investimentos**

Em 28 de fevereiro de 2012 a Empresa efetuou a aquisição de um lote de mil ações, no valor de R\$ 200, do BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia, que atua nos processos de comercialização e *back office* dos agentes do Ambiente de Contratação Livre - ACL.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**11 Imobilizado**

	31/12/2013			31/12/2012				
	Taxas anuais médias de depreciação%	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Taxas anuais médias de depreciação%	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	67	(26)	41	3,33	67	(24)	43
Máquinas e equipamentos	14,83	439	(247)	192	14,88	333	(212)	121
Veículos	14,29	532	(271)	261	14,29	438	(205)	233
Móveis e utensílios	6,25	253	(164)	89	6,25	252	(151)	101
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>		<b>1.291</b>	<b>(708)</b>	<b>583</b>		<b>1.090</b>	<b>(592)</b>	<b>498</b>
<b>Total do imobilizado em curso</b>		-	-	-		<b>683</b>	-	<b>683</b>
<b>Total imobilizado</b>		<b>1.291</b>	<b>(708)</b>	<b>583</b>		<b>1.773</b>	<b>(592)</b>	<b>1.181</b>

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Transferência p/ imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclas-sificação	Valor líquido em 31/12/2013
<b>Imobilizado em serviço</b>							
Edificações, obras civis e benfeitorias	43			(2)			41
Máquinas e equipamentos	121			(35)			192
Veículos	233		94	(66)			261
Móveis e utensílios	101			(12)			89
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>498</b>	-	<b>200</b>	<b>(115)</b>	-	-	<b>583</b>
<b>Total do imobilizado em curso</b>	<b>683</b>	<b>167</b>	<b>(276)</b>	-	<b>(2)</b>	<b>(572)</b>	-
<b>Total do imobilizado</b>	<b>1.181</b>	<b>167</b>	<b>(76)</b>	<b>(115)</b>	<b>(2)</b>	<b>(572)</b>	<b>583</b>

**12 Intangível**

	31/12/2013			31/12/2012				
	Taxas anuais médias de amortização%	Custo Histórico	Depreciação Amortização	Valor Líquido	Taxas anuais médias de amortização%	Custo Histórico	Depreciação Amortização	Valor Líquido
<b>Intangível em serviço</b>								
<i>Software</i>	20,00	3.122	(1.781)	1.341	20,00	1.944	(1.572)	372
<b>Total do Intangível em Serviço</b>		<b>3.122</b>	<b>(1.781)</b>	<b>1.341</b>		<b>1.944</b>	<b>(1.572)</b>	<b>372</b>
<b>Total do Intangível em Curso</b>		-	-	-		<b>251</b>	-	<b>251</b>
<b>Total do intangível</b>		<b>3.122</b>	<b>(1.781)</b>	<b>1.341</b>		<b>2.195</b>	<b>(1.572)</b>	<b>623</b>

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Transferência p/ intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Reclas-sificação	Valor líquido em 31/12/2013
<b>Intangível em serviço</b>							
<i>Software</i>	372		1.179	(209)	(1)		1.341
<b>Total do Intangível em Curso</b>	<b>251</b>	<b>281</b>	<b>(1.103)</b>	-	<b>(1)</b>	<b>572</b>	-
<b>Total do intangível</b>	<b>623</b>	<b>281</b>	<b>76</b>	<b>(209)</b>	<b>(2)</b>	<b>572</b>	<b>1.341</b>

**13 Fornecedores**

	Circulante	
	31/12/2013	31/12/2012
Suprimento de energia elétrica	157.984	120.208
Encargos de uso da rede elétrica	1.585	1.904
Operações CCEE		1.028
Materiais e serviços	497	1.109
<b>Total</b>	<b>160.066</b>	<b>124.249</b>

**14 Dividendos**

	31/12/2012	Adições	31/12/2013
EDP - Energias do Brasil	9.297	39.691	48.988
	<b>9.297</b>	<b>39.691</b>	<b>48.988</b>

Foi aprovada em Resolução de Quotistas realizada em 9 de abril de 2013, a destinação do lucro líquido com distribuição de dividendos no montante de R\$ 36.309, referentes ao exercício de 2012, sendo R\$ 7.429 já registrados em 31 de dezembro de 2012 à título de dividendo mínimo obrigatório e R\$ 28.880 registrados em 2013 à título de dividendo adicional. De acordo com a mesma Resolução de Quotistas, tais dividendos seriam pagos no decorrer do exercício de 2013, todavia, a Resolução de Quotistas de 18 de dezembro de 2013 retificou a deliberação anterior para fazer constar que os valores propostos como dividendos serão pagos até o final do exercício de 2014.

Em 18 de dezembro de 2013, em Resolução de Quotistas, os sócios da Empresa aprovaram o crédito de juros sobre capital próprio - JSCP, no montante bruto de R\$ 1.961, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Empresa em data de pagamento a ser deliberada.

**15 Provisões**

**15.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas**

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

**15.1.1 Risco de perda provável**

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, não identificou nenhuma demanda judicial como provável de perda. Desta forma, a Empresa não possui valores provisionados em suas Demonstrações Financeiras.

**15.1.2 Risco de perda possível**

	Ativo				
	Depósito Judicial				
	Instâncias	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª		390		
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	6.310	3.707	5.648	5.299
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	30.181	29.486	1.382	973
<b>Total</b>		<b>36.491</b>	<b>33.583</b>	<b>7.030</b>	<b>6.272</b>

**15.1.2.1 Fiscais**

A Empresa discute judicialmente a exigência de ICMS sobre operações de venda interestadual de energia elétrica, cujo débito atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 16.380 (R\$ 16.165 em 31 de dezembro de 2012) e encontra-se garantido por fiança bancária. O processo aguarda julgamento.

Existe discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004/2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 13.512 (R\$ 13.044 em 31 de dezembro de 2012).

**15.1.3 Risco de perda remota**

Conforme descrito na nota 9.1, a Empresa impetrou ação visando a suspensão do encargo a ser destinado à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. Na avaliação dos assessores jurídicos, o risco de perda da ação é classificado como remoto, pois não existe, até o momento, jurisprudência sobre a tese nos Tribunais, além da decisão desfavorável pelo juízo de primeiro grau nos autos do presente *mandamus* (mandado de segurança).

**19 Gastos operacionais**

	2013						2012	
	Custo do serviço			Despesas operacionais			Total	Total
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras		
<b>Não gerenciáveis</b>								
Energia elétrica comprada para revenda								
Moeda nacional	1.785.691						1.785.691	1.308.184
Encargos de uso da rede elétrica	13.833						13.833	15.503
	<b>1.799.524</b>	-	-	-	-	-	<b>1.799.524</b>	<b>1.323.687</b>
<b>Gerenciáveis</b>								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		5.181	235		3.774		9.190	8.315
Material		57			15		72	63
Serviços de terceiros		3.268			2.623		5.891	4.619
Depreciação		63			52		115	101
Amortização					209		209	178
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas				(1.327)			(1.327)	(34.403)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						2	2	(3.586)
Aluguéis e arrendamentos		17			334		351	244
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						2	2	
Outras		307			2.957		3.264	1.992
		-	<b>8.893</b>	<b>235</b>	<b>(1.327)</b>	<b>9.964</b>	<b>4</b>	<b>17.769</b>
<b>Total</b>	<b>1.799.524</b>	<b>8.893</b>	<b>235</b>	<b>(1.327)</b>	<b>9.964</b>	<b>4</b>	<b>1.817.293</b>	<b>1.301.210</b>

